



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - TI

PROCESSO Nº 01416.000206/2020-72

1. OBJETO

1.1. Trata-se de estudo técnico preliminar para aquisição de licença para Solução de Balanceamento de Carga e Proteção de Aplicações, contemplando a garantia dos equipamentos, atualização de novas versões de software e suporte técnico especializado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

1.2. Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital, conforme art. 3º, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

2. NORMATIVOS

2.1. A contratação deverá observar, também, as disposições da seguinte legislação:

2.1.1. Lei nº 8.248, de 1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências;

2.1.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.1.3. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.”;

2.1.4. Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.5. Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

2.1.6. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.7. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.;

2.1.8. Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018 - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.;

2.1.9. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

2.1.10. Instrução Normativa SGD/SEG/ME nº 01, de 04 de Abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos

e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.;

2.1.11. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

3. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. O processo nº 01416.007744/2016-10 se refere a contratação anterior, realizada em 2016.

4. ACESSO À INFORMAÇÃO

4.1. Não há nenhuma informação restrita ou sigilosa nos autos.

5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. O objeto da presente contratação está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2017-2020 da ANCINE (SEI 1622081), como "Ampliar e Manter Soluções de TI". Consta, ainda, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2017-2020 (<<https://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/relatorios/outros-relatorios/pdtic-plano-diretor-de-tecnologia-de-informa-o-e-comunica-o-2017>>). No PDTI o objeto está classificado como Objetivo Estratégico da GTI ("Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura"), e referenciado no Plano de Ações sob os ID A1-6 e A1-7.

5.2. A contratação encontra-se classificada como de alta prioridade no PAC 2020 (SEI 1622076), especificamente no item 61 do documento, sob o descrição "Solução de Balanceamento de Carga e Proteção de Aplicações"

6. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. Ao longo dos últimos anos, a Solução de Balanceamento de Carga e Proteção de Aplicações foi capaz de mitigar diversos ataques ao ambiente computacional da ANCINE. A solução proporcionou melhor análise de todo o tráfego de dados entrante no ambiente de TI da Agência, verificando quais requisições eram legítimas e quais eram tentativas de explorar a fragilidade de serviços e sistemas corporativos. Além, disso foi possível prover maior robustez ao serviço DNS, maior proteção aos Portal Corporativo da Agência, assim como prover o balanceamento de carga de serviços de importantes de TI.

6.2. A fim de corroborar com a importância de uso da Solução, apresenta-se o relatório extraído da Solução utilizada na Agência (SEI 1622089), que demonstra o quantitativo de ataques bloqueados. Observa-se no documento, correspondente ao mês de março de 2020, que o total de tentativas de ataques, de toda ordem de criticidade, foi de centenas de milhares. Considerando ataques críticos, tais como SQL-Injection e XSS, que tem o potencial de permitir o roubo de dados, houve aproximadamente 1800 tentativas de ataque, todas bloqueadas pela Solução.

6.3. No mês de maio de 2020 as licenças que garantem a atualização e garantia do solução irão expirar. Assim, visando a continuidade da proteção do ambiente computacional, faz-se necessário a aquisição de licenças para a Solução supracitada, de modo que a ANCINE possa permanecer com premissa de otimizar e promover a segurança da informação.

6.4. A Solução utilizada pela ANCINE é composta por dois equipamentos (appliances) modelo F5 BIG-IP 2200s, com atualização de software e serviço de suporte técnico do tipo Standard Level 1-3, e está adequada às necessidades atuais da Agência, no que tange desempenho e funcionalidades.

6.5. Além das licenças, existe a necessidade do serviço de suporte, pois, em caso de falha nos equipamentos, o software não pode ser utilizado em outro dispositivo, uma vez que ambos são integralmente dependentes entre si. Desse modo, a contratação do suporte garante que não haja descontinuidade no uso da Solução em caso de problemas de hardware.

6.6. A Solução está operacional na Ancine desde 2017, atendendo plenamente às necessidades elencadas no processo de aquisição anterior (01416.007744/2016-10). Desse modo, ainda existe vantagem na utilização dos atuais equipamento para a Administração, pois eles se encontram em boas condições físicas e lógicas. Assim, o investimento em novos equipamento semelhantes teria um custo mais alto para Administração, sem nenhum benefício adicional. Ressalta-se que outros fabricantes não são capazes de fornecer as licenças e suporte técnico, uma vez que a Solução é proprietária. Além disso, a substituição

por outra nova Solução de mercado acarretaria mais custos, tanto de ordem financeira, quando de ordem técnica, uma vez que haveria necessidade de promover capacitação de pessoal. Por fim, não há uma solução gratuita ou de software livre que compreenda integralmente as características da Solução em questão.

7. REQUISITOS PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

7.1. Os requisitos compreendem:

- 7.1.1. Licenças de uso da Solução, que consistem no direito de atualização de softwares e firmwares;
- 7.1.2. Garantia de manutenção ou troca dos equipamentos em caso de defeitos ou mal funcionamento de hardware;
- 7.1.3. Suporte técnico especializado do fabricante para registro e solução de incidentes relativos ao funcionamento da solução.

7.2. Devem ser seguidos os critérios e práticas de sustentabilidade especificadas no item 15.

7.3. A solução escolhida é utilizada em outras contratações similares de Órgãos da Administração Pública.

7.4. O pagamento será realizado em pagamento único.

7.5. Não há necessidade de transferência de tecnologia da CONTRATADA para a CONTRATANTE.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

8.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Como resultados esperados, pode-se citar:

- 9.1.1. Continuidade de proteção das aplicações e serviços da ANCINE;
- 9.1.2. Continuidade de proteção contra ataques distribuídos (DDOS)
- 9.1.3. Continuidade de proteção contra invasões e comprometimento de aplicação corporativas;
- 9.1.4. Otimização de aplicações corporativas.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

10.1. Será necessária apenas uma única aquisição de licenças para atender as necessidades elencadas nesta contratação.

11. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

11.1. Para a elaboração desse processo, prospectou-se contratações no mercado. Da pesquisa foram encontradas duas contratações semelhantes à contratação pretendida:

- 11.1.1. Pregão eletrônico nº 007/2017 - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) - Contratação de empresa especializada para fornecimento instalação e configuração de Appliance (BIG-IP) para compor a solução de alta disponibilidade;
- 11.1.2. Pregão eletrônico nº 026/2018 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)- Aquisição de licenças para a expansão dos VIRTUAL APPLIANCES F5 Big-IP;
- 11.1.3. Pregão eletrônico nº 51/2019 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Contratação de empresa para Aquisição de Appliance Virtual F5 BIG-IP para a expansão dos APPLIANCES F5 Big-IP.

11.2. A partir da prospecção, verificou-se que outros Órgãos da Administração Pública realizaram processo de aquisição similares à solução utilizada pela Ancine. Assim, visando a contínua proteção do ambiente computacional da Agência, justifica-se a aquisição proposta.

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS

12.1. Não foi possível encontrar no portal do Compras Governamentais uma solução idêntica em termos de quantidade e modelo da solução adotada pela ANCINE, sendo elencadas no item 11 contratações similares. Por essa razão, adotou-se a pesquisa de mercado por meio de consulta aos fornecedores, cujas cotações encontram-se no documento de pesquisa de preços.

13. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

13.1. Trata-se de aquisição de licença com serviço de garantia e suporte técnico especializado do fabricante para a Solução, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. A comercialização de licença com garantia e suporte técnico para esse tipo de solução se dá por pagamento único.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

14.1. Não há necessidade de adequação do ambiente para a contratação pretendida.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição, tais como:

- 15.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- 15.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 15.1.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- 15.1.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. A referida contratação é viável tendo em vista :

- 16.1.1. O objeto da contratação ser lícito, possível e determinado;
- 16.1.2. A certificação orçamentária (a ser providenciada);
- 16.1.3. A pesquisa de mercado;
- 16.1.4. Os servidores serem aptos a realizar a licitação e a fiscalização;
- 16.1.5. Tratar-se de contratação necessária para propiciar segurança ao ambiente computacional da Ancine.

17. DURAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses.

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Os fiscais técnicos responsáveis pelo contrato serão:

- 18.1.1. Fiscal técnico - André Luiz Nery de Sá - SIAPE 1438594
- 18.1.2. Fiscal técnico substituto - Tiago Conde Pires Lopes - SIAPE 1849453



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Nery De Sá, Analista Administrativo**, em 28/04/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Simas, Analista Administrativo**, em 28/04/2020, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Castilho Corrêa De Sá, Gerente de Tecnologia da**



Informação, em 28/04/2020, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1638746** e o código CRC **42440DC6**.

Referência: Processo nº 01416.000206/2020-72

SEI nº 1638746